

Índice

| | |
|--|---|
| “Ensinar conhecimentos é o mais democrático” | 1 |
| Grandes e pequenos manipuladores nas redes | 3 |
| “Populismos” | 4 |

“Ensinar conhecimentos é o mais democrático”

Inger Enkvist é uma hispanista e ensaísta sueca, catedrática da Universidade de Lund. Especialista em educação, exerceu a docência nos ensinos primário e secundário durante muitos anos. É defensora da pedagogia dos conteúdos e os seus ensaios sobre educação são uma referência internacional. Agora, orienta as suas investigações para o sistema educativo na China.

— *Costuma explicar que em contraste com a educação “autoritária” existente antes no Ocidente, hoje em dia os sistemas educativos passaram para o outro extremo. Que características tem este outro extremo?*

— Antes falava-se de uma tradição ocidental, de uma seriedade, admirava-se as pessoas com conhecimentos, dizia-se que os conhecimentos eram algo desejável, algo que deveria estar ao alcance de toda a gente. Depois, a geração do Maio de 68 mudou esta conceção, a educação foi apresentada como um serviço social, como um direito e não como uma possibilidade de aprendizagem. Os conhecimentos perderam algum destaque e falou-se mais da convivência na sala de aula, da expressão do aluno, da criatividade deste, de que o professor deveria ser mais um monitor.

No sistema anterior houve excessos, mas fundamentalmente a autoridade era do professor, porque tinha conhecimentos e havia recebido dos outros adultos a tarefa de apresentar esse mundo de conhecimentos aos adolescentes. O Estado estava por trás como uma garantia e marcava as metas, e as metas eram controladas com um exame. Isto mudou: agora existe

uma rejeição dos exames. Diz-se que estar na escola é um trabalho e que se alguém lá esteve, cumpriu a sua parte, e que é um exagero pedir que o aluno preste contas do que aprendeu e que trabalhe, além disso, em casa.

Agora, os países asiáticos, que há meio século não se destacavam na educação, nem na economia nem na investigação, identificaram os conhecimentos como o centro do que deu ao Ocidente o seu papel preponderante. Estão decididos a ganhá-lo ao Ocidente e viram melhor do que nós o que era aquilo que nos caracterizava e apostaram nisso. Daí que, tanto Singapura como o Japão e a Coreia do Sul tenham apostado na educação como a grande alavanca para avançar de forma muito rápida. Atualmente, a China tem essa ideia como seu alvo.

— *A que se refere com pôr no centro os conhecimentos?*

— A “nova pedagogia” afirma que a aprendizagem deveria ser mais lúdica, mais prática, e com isto desvalorizou todo o conhecimento teórico. No Ocidente, não é preciso dizer que os conhecimentos práticos são importantes, porque isto é já bastante aceite. Aquilo que tem de ser dito é que também se deve dar ênfase ao plano teórico e aí intervém – nisto observei um contraste com a China – um medo de não sermos suficientemente democráticos, porque se pensa que nem toda a gente vai poder chegar ao mesmo nível teórico. Eu diria que ensinar conhecimentos é o que há de mais democrático, porque depois o aluno faz com os conhecimentos aquilo que quiser. Se não se ensinarem conhecimentos, se não se insistir em que o aluno aprenda, na realidade, é uma maneira de controlar o aluno, porque fica como que reduzido à pequena bolha onde vive.

Quando vejo o que se passa na China, observo que os países comunistas adotaram as antigas práticas ocidentais e a China é um país hipercapitalista nesse sentido, diretamente elitista. Um país que se diz comunista e onde há meio século havia grande pobreza e uma imensa maioria de analfabetos, estão-nos a ganhar.

— *Como podemos fazer para que esta educação baseada em conhecimentos respeite também as sensibilidades que existem no nosso tempo: a prevenção contra as excessivas pressões sobre os alunos, o cuidado com a sua autoestima, etc.?*

— Seria bom fazer o contrário do que se tem feito nos países ocidentais agora com aquilo que se chama tecnicamente “escola compreensiva”. Esta corrente afirma que toda a gente deve estudar a mesma coisa até à idade de 16 anos, na mesma sala de aula, com os mesmos professores e as mesmas matérias, etc. Isto é o que produz *stress* nos que não têm tanta capacidade teórica. Embora se tenham diminuído muito as exigências teóricas, ainda são muito fortes para alguns, e para os que realmente têm capacidade teórica, isto é demasiado aborrecido. É outro tipo de *stress* negativo o ter de estar numa sala de aula, não aprender nada e ver passar o tempo.

O que seria para mim democrático e não suscetível de *stress*, é oferecer alternativas, que cada um estude algo que esteja ao seu alcance e um pouco a seu gosto. Nunca irá acontecer que toda a gente goste de tudo, porque a educação é um esforço, mas pelo menos que seja alguma coisa à sua altura: “Isto podes fazê-lo tu”. O que se faz agora é dizer: “Não há opção. Todos na mesma classe, mas dentro da classe vocês podem fazer diferentes coisas”. Isto é o caos.

— *Os exames são necessários?*

— Sim, são necessários e não há nenhum país de sucesso na educação que não tenha exames. Além disso, é uma maneira de reorientar a educação para uma meta clara. E é uma maneira, agora que se fala da qualidade dos professores, de focar os professores. Se existirem exames exigentes, isto enfoca os professores, bons ou maus, mas enfoca-os a todos e aos alunos também. E assim, um bom aluno com um mau professor pode ter bons resultados. Os pais em casa saberão qual é a meta e podem ajudar se quiserem ou se puderem. Os exames são um arranque, dão energia ao sistema e é relativamente barato. Outra luta é que estes exames sejam inteligentes o mais possível. Assim, que haja exames, mas inteligentes, e que normalmente vão aumentando a sua qualidade, subindo o nível, na medida em que fazem melhorar os estudos dos alunos. Isto é o que têm feito em Singapura e dá bons resultados.

— *Alguns diriam que este tipo de educação vai criar uma sociedade muito competitiva, onde só os bons em termos académicos sobressaem...*

— É outra parvoíce, imposta igualmente por estas correntes políticas. Primeiro, o que vemos agora é que há mais diferenças entre os alunos na escola de hoje: sobretudo, os alunos fracos em geral, ficam como que desligados da aprendizagem muito rapidamente, porque se não leem bem aos 8 ou 9 anos, não conseguem atualizar-se, pois os outros leem cada vez mais rapidamente e melhor. A maneira que temos hoje de organizar a escola prejudica todos, mas nomeadamente, e de modo imediato, os mais fracos. A educação cria hoje desigualdade e, além disso, ignorância.

Na China, estão obcecados com a educação e com a aprendizagem, e aqui pensa-se que tudo isso é estatal e igualitário, mas não é nada. Existe competição desde o primeiro dia, são premiados os melhores alunos pelo seu esforço. Duas vezes por ano há notas de exames oficiais que vêm de departamentos estatais do Partido. Para entrar no ensino secundário é feita uma prova de acesso, há uma seletividade para entrar no ensino secundário. Há escolas mais ou menos boas, e os pais querem que os alunos entrem nas boas. Estão dispostos a mudar de casa para viver noutra zona próxima de uma boa escola, ou de pagar para ter acesso a essa escola.

Somos nós que estamos obcecados com a igualdade e com que não se pague nada pela educação. Os chineses estão muito longe disto e com a sua obsessão vão-nos vencer muito rapidamente.

— *Uma educação como a que propõe não eliminaria o tempo para sermos crianças?*

— Penso que as crianças chinesas têm menos tempo para isso, mas muito menos é verdade o facto de não terem nenhum. Nas escolas há recreios longos e as crianças correm, como aqui. Nas salas de aula existe ordem e silêncio, mas há tempo para outras coisas. É verdade que algumas uniões ou casais veem esta competição para estar no melhor jardim de infância e na melhor escola secundária como ridículo, e gostariam de ter uma vida menos competitiva para o seu filho. Alguns querem ir para um país ocidental de forma a que o seu filho não dedique unicamente a sua vida a estudar, pela felicidade da criança. Por isso, seria bom um equilíbrio para eles e para nós: menos pressão da que existe na China hoje, e menos descuido, menos politização no Ocidente. Ambos deveríamos mudar para algo mais equilibrado.

C. C.

Grandes e pequenos manipuladores nas redes

O relatório do investigador especial Robert Mueller, sobre a ingerência russa nas últimas eleições presidenciais norte-americanas, menciona o Facebook e o Instagram 41 vezes. Perante a abundância de notícias falsas e material incendiário que contribuem para difundir, temos de concluir, como se chegou a avançar, que as redes sociais são [um perigo para a democracia](#)?

Mueller defende que a empresa Internet Research Agency, com sede em São Petersburgo e que se suspeita estar ligada ao Kremlin, deu ao seu pessoal um manual de desinformação para semear notícias falsas e discórdia entre os norte-americanos através das redes sociais. Os seus empregados, fazendo-se passar por pessoas ou entidades norte-americanas, criaram contas no Facebook, no Instagram, no Twitter... para disseminar falsidades e provocar paixões.

Esta operação é um facto grave, porque foi sistemática e orquestrada por uma organização estrangeira. Ora, antes de declarar a democracia em perigo de extinção, tentemos apurar as dimensões reais do fenómeno. Que efeito teve realmente?

É muito improvável que os russos [tenham decidido a eleição presidencial](#). Tão-pouco fizeram propaganda expressa de um partido nem de causas defendidas por um só setor político. Enquanto com a conta do Facebook Secured Borders ataçavam a ira contra os imigrantes, com outras – como Blackivist (Facebook) ou BlackMattersUs (Instagram) – denunciavam o racismo contra os negros. Durante a campanha eleitoral, [contou o “The Wall Street Journal”](#) (30.10.2017), aproveitando a discussão sobre as mortes de negros causadas por disparos da polícia, promoveram, no mesmo dia (10 de julho de 2016), duas manifestações de sentido oposto: uma em Minneapolis, devido a um negro morto num controlo policial, e outra em Dallas, devido à morte de cinco polícias num ato de vingança.

Assim, os russos pretendiam, antes de tudo, semear o joio e dividir a opinião pública. Era chover sobre o molhado. A polarização nos Estados Unidos não era uma criação deles. E embora procurassem exacerbá-la, as suas mensagens eram gotas de água na torrente de notícias falsas e ácido sulfúrico que lançavam em simultâneo milhares de norte-americanos nas redes sociais. Muito menos noutros países são necessários agentes do Kremlin para as alimentar com mentiras, imagens manipuladas, críticas incendiárias.

A polarização nas redes sociais é uma preocupação justa, mas não é fácil dimensionar a ameaça que pode implicar para a democracia. Pelo contrário, tem outras implicações mais concretas e talvez mais claras.

A primeira implicação refere-se ao funcionamento das redes sociais. Como se abastecem de conteúdos sem controlo

editorial prévio, fornecidos pelos utentes, e vivem da publicidade, tendem a fomentar o que mais capta a atenção das pessoas, e isso, muitas vezes, não é o mais exato ou de melhor qualidade. “Os incentivos são perversos”, diz Robert McNamee, um dos primeiros investidores que colocaram dinheiro no Facebook, avisando agora contra os perigos das redes sociais a partir do Center for Humane Technology («Aceprensa», 21.2.2018). A mesma lógica do serviço, ao mesmo tempo que facilita extraordinariamente o contacto entre pessoas e a conversa sobre temas de interesse, torna-o vulnerável a manipuladores, fanáticos e difusores de mentiras.

Esse problema parece inevitável: o mau reverso de uma boa ideia. McNamee pensa ter, pelo menos para a maior rede social, uma fórmula válida, mesmo que não viesse a resolver tudo. A sua proposta é que “o Facebook altere o seu modelo de negócio, do atual baseado na publicidade, para um serviço por assinatura”. Um “Facebook premium” teria supervisão e poderia oferecer notícias, televisão, filmes... O “Facebook básico”, para os que não quisessem pagar, continuaria a ser suscetível às notícias falsas, mas pelo menos o número de manipulados seria menor.

A tese de McNamee parte do princípio de que é praticamente impossível purificar as redes sociais. Com efeito, os revisores humanos contratados para fazer a triagem de conteúdos colocados pelos utentes não dão conta do recado. E a sua tarefa não se consegue automatizar de modo satisfatório. A inteligência artificial está ainda muito longe de distinguir por si própria o verdadeiro do falso, de interpretar, de avaliar as implicações e o contexto.

Há pouco tempo, o YouTube reconheceu que tinha feito promoção de um vídeo enganador que foi visto umas 200 000 vezes e se ergueu como *trending topic* número um antes de ser retirado. Nele afirmava-se que uma testemunha da recente matança numa escola da Florida era na realidade um ator pago. Para apoiar a ficção, incluía-se a parte de uma entrevista que uma cadeia televisiva lhe fizera, meses antes e noutro lugar, sobre um acontecimento sem relação com o tiroteio. Uma [porta-voz do YouTube explicou](#) como manipuladores confundiram o algoritmo: “Como o vídeo incluía sequências de uma fonte autorizada, o nosso sistema classificou-o mal”.

À partida, não só a máquina do YouTube mordeu a isca, como também muitas pessoas o fizeram antes de outras terem descoberto o truque. Mas isso mesmo indica que [a inteligência artificial não vai libertar-nos das fake news](#) («Aceprensa», 17.7.2017). Menos ainda se, como acontece, as imagens se difundem mais do que as palavras pelas redes sociais. A autora da fotografia manipulada pela Secured Borders lamenta no “The Wall Street Journal” (22.2.2018) que o público vê vídeos constantemente, “mas não gastará um minuto a certificar-se sobre se o que lhe contam é verdade ou não”. Se assim é, há problemas, pois ainda não foi inventada a máquina capaz de substituir o critério do utente.

R. S.

“Populismos”

Autores: Fernando Vallespín, Mária Martínez-Bascuñán
Alianza. Madrid (2017).
304 págs.

Este livro de Fernando Vallespín e Mária Martínez-Bascuñán, professores de Ciência Política na Universidad Autónoma de Madrid, tem a virtude de descrever as diversas variedades de populismo que atravessam a cena política internacional, e de ajudar tanto a identificar as características que partilham, como para compreender qual é, por assim dizer, o seu miolo. Além disso, contribui para explicar as causas deste fenómeno, sobretudo em lugares onde a democracia liberal se considerava já consolidada, e aponta por onde deveria passar a superação desta forma de fazer política.

Um aspeto interessante deste ensaio é aquilo que, em sentido amplo, poderíamos denominar estudo de campo, pois o livro ocupa-se com certo cuidado de expressões populistas tão variadas como a que mobilizou o *Brexit*; a que encarnam Donald Trump e outros movimentos populistas norte-americanos; as de Jean-Marie Le Pen, a sua filha Marine e Jean-Luc Mélenchon, em França, o Podemos em Espanha, Viktor Orbán na Hungria, Jaroslaw Kaczynski na Polónia, e as de carácter xenófobo e, por vezes, pró-nazi na Dinamarca, Holanda, Suíça e Áustria.

Um primeiro esclarecimento que inclui o presente ensaio é que o populismo não é uma ideologia – embora normalmente alinhe com alguma –, mas uma forma de fazer política, um “estilo”, caracterizado pelo apelo ao povo como um sujeito político diáfano e simples. As sociedades complexas, heterogêneas e com laços geralmente débeis, artificiais e abstratos, são dissolvidas por políticos e cidadãos populistas na pretensa simplicidade de um povo essencial, homogêneo e autêntico, que o líder populista afirma representar e com o qual se identifica.

A busca de respostas simples para problemas que são complexos é outro traço distintivo do populismo. As consequências que a globalização pode ter no mercado laboral e na economia nacional, a falta de segurança por causa do terrorismo, os problemas provocados pela imigração ou o desafio que levanta a crise dos refugiados encontram nas abordagens populistas resposta na forma de receitas simples, que costumam materializar-se em nacionalismo, protecionismo e isolacionismo; posicionamentos que, em não poucas ocasiões, derivam em xenofobia, racismo, supremacia branca ou anti-islamismo. Responde também a essa tendência simplificadora a redução do confronto político a uma divisão

clara entre “nós” (os que dizem ser o povo) e “eles”, isto é, todos aqueles que passam a ser “o inimigo”.

O presente ensaio indaga também as múltiplas causas desta corrente populista. Os autores insistem, por um lado, nos efeitos do neoliberalismo numa globalização em que, na sua opinião, a política se encontra subordinada à lógica económica, fazendo com que aumentem as desigualdades sociais e o mal-estar dos cidadãos. Por outro lado, fazem referência à crise de representação das democracias liberais, motivada pela própria complexidade dos problemas sociais e dos mecanismos necessários para os resolver, e acrescentada pelo afastamento real dos representantes políticos em relação aos problemas que os cidadãos sofrem.

Tudo isso contribuiu para que os votantes busquem soluções mais simples do que as oferecidas pela política tradicional. Se a isto se acrescentar a deriva para o espetáculo – o tratamento mediático dos debates e propostas – que a política conheceu durante as últimas décadas, compreende-se que tenha aberto caminho um estilo político baseado na figura carismática do líder e no hábil manejo das redes sociais.

De um ponto de vista concetual, a contribuição talvez mais interessante do livro resida em explicar a renúncia por parte dos populismos do elemento liberal das democracias; ou seja, das instituições e dos valores, especialmente da liberdade individual e dos direitos humanos, que a configuram.

A solução do desafio populista virá, propõem os autores em linha com Habermas, através de um fortalecimento da visão cívica da democracia, que traria consigo uma conceção mais participativa e responsável da vida política, juntando a salvaguarda da autonomia pessoal a um quase ilimitado acesso à esfera pública de todos os cidadãos e grupos sociais.

F. S.

